

como instituição, sempre indissociável da Marinha do Brasil.

Os fuzileiros navais, mesmo tendo tido tímida atuação nas Guerras Mundiais, permaneceram importantes na constituição da Força Naval, como tropa dedicada ao desembarque operativo. Sua vocação jamais escondeu o propósito para que foi criado desde o Império, o que viria à tona de forma patente nas gestões do Almirante Protógenes Guimarães, fosse como Comandante do Batalhão Naval, fosse como, mais tarde, Ministro da Marinha.

Seus esforços para manter acesa a chama das operações anfíbias é digno de nota e merecedor da posteridade. Também neste período fica clara a utilização dos fuzileiros, como no Império, para imposição da lei e manutenção da ordem pública. Não abordados pormenorizadamente neste artigo sua atuação contra os perigos do tenentismo e nas revoltas da vacina, Coluna Prestes, mas nas intencionalidades integralista e comunista foram significativas.

O ano de 1932 deve, sobretudo, ser de grata recordação aos fuzileiros de hoje. Não só o efetivo dos fuzileiros navais foi dobrado, como também uma larga reestruturação foi realizada e, mais ainda, um quadro de oficiais foi efetivado⁽⁸⁾ (Marques, 1940; p. 95). Estes três acontecimentos foram de grande relevância para a longevidade do Corpo.

Cabe ressaltar que estas iniciativas jamais teriam ocorrido não fosse o Ministro da Marinha um ex-Comandante do Batalhão Naval, que, conhecedor das idiosincrasias da tropa aquartelada na Ilha das Cobras, contribuiu deveras para seu estabelecimento como tropa anfíbia da Marinha do Brasil. Foi sob Protógenes, por três ocasiões distintas, que os fuzileiros ganharam sua cultura de intrepidez frente às dificuldades de efetivo, material ou estrutura⁽⁹⁾. ■



Destacamento do Batalhão Naval embarcado no “Benjamin Constant”
Acervo: CFN

NOTAS

- (1) A luz a gás apenas chegou à Ilha das Cobras em 1899. Antes era feita por meio de “azeite de peixe e óleo de colza”. A elétrica chegou apenas em 1906 (Marques, 1940; p. 122). Percebe-se que as condições na Ilha eram deveras espartanas, o que jamais foi um percalço para uma atuação de pronta resposta.
- (2) Quatro anos mais tarde, em 1913, o Presidente Hermes da Fonseca visitaria o Batalhão Naval, no dia 06 de março, por ocasião das comemorações do aniversário do Batalhão Naval.
- (3) Uma efeméride dessa operação: a farda vermelha dos fuzileiros atçou os bovinos que eram utilizados como suprimentos, não faltando dentre os fuzileiros navais encarregados do abate aqueles que foram atacados ferozmente pelos animais.
- (4) Segundo Costa (2005; p. 15), o efetivo foi fixado em 2.594 fuzileiros.
- (5) No livro de oficiais do CFN, que compila todos os oficiais desde 1932, aparece como ano de promoção a Guarda-Marinha dos primeiros aspirantes Fuzileiros Navais como 1939. Interessante que se destaque que a Escola Naval ocupou a Ilha das Enxadas até 1938, quando então migrou para a Ilha de Villegagnon.
- (6) Nesta época, os fuzileiros navais eram treinados e instruídos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro, EsAO.
- (7) Os primeiros veículos anfíbios foram adquiridos em 1945.
- (8) Dentre o corpo de oficiais da primeira turma da Escola Naval, contamos Heitor Lopes de Souza e Edmundo Drummond Bittencourt, dois oficiais que exerceriam o Comando-Geral do CFN (Silva, 1961; p. 67).
- (9) “Certa vez, quando pesado aguaceiro os impedia de deixar o quartel”, diria o Comandante Protógenes: “O Comandante não manda chover, mas manda marchar! Sigam! Fuzileiro é superior ao tempo” (Silva, 1961; p. 36).

REFERÊNCIAS

- Abreu, Guilherme Matos. A Marinha e as conturbações políticas das primeiras décadas da república. p. 192-217. In Marinha do Brasil: Uma Síntese Histórica. Barbosa Jr., Ilques et al. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.
- Bielinski, Alba Carneiro. Os Fuzileiros Navais na História do Brasil. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2008.
- Bielinski, Alba Carneiro. Fortaleza de São José da Ilha das Cobras da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.
- Costa, Almirante Carlos Augusto. Fuzileiros Navais: da praia de Caiena às ruas do Haiti. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005.
- Marques, Anthero José. Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais. Duque de Caxias-RJ: Imprensa Naval, 1940.
- Silva, Manoel Caetano. Histórias de Fuzileiros Navais Brasileiros: Subsídios para a História do Corpo de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro (Guanabara): Folha Carioca Editora S.A., 1961.

* Capitão de Corveta (FN), Encarregado do Museu do CFN

DIVISÃO NAVAL EM OPERAÇÕES DE GUERRA

Pedro Lucas Avelino de Andrade *¹

Caio Eduardo Bastos Reis Cordovil *²

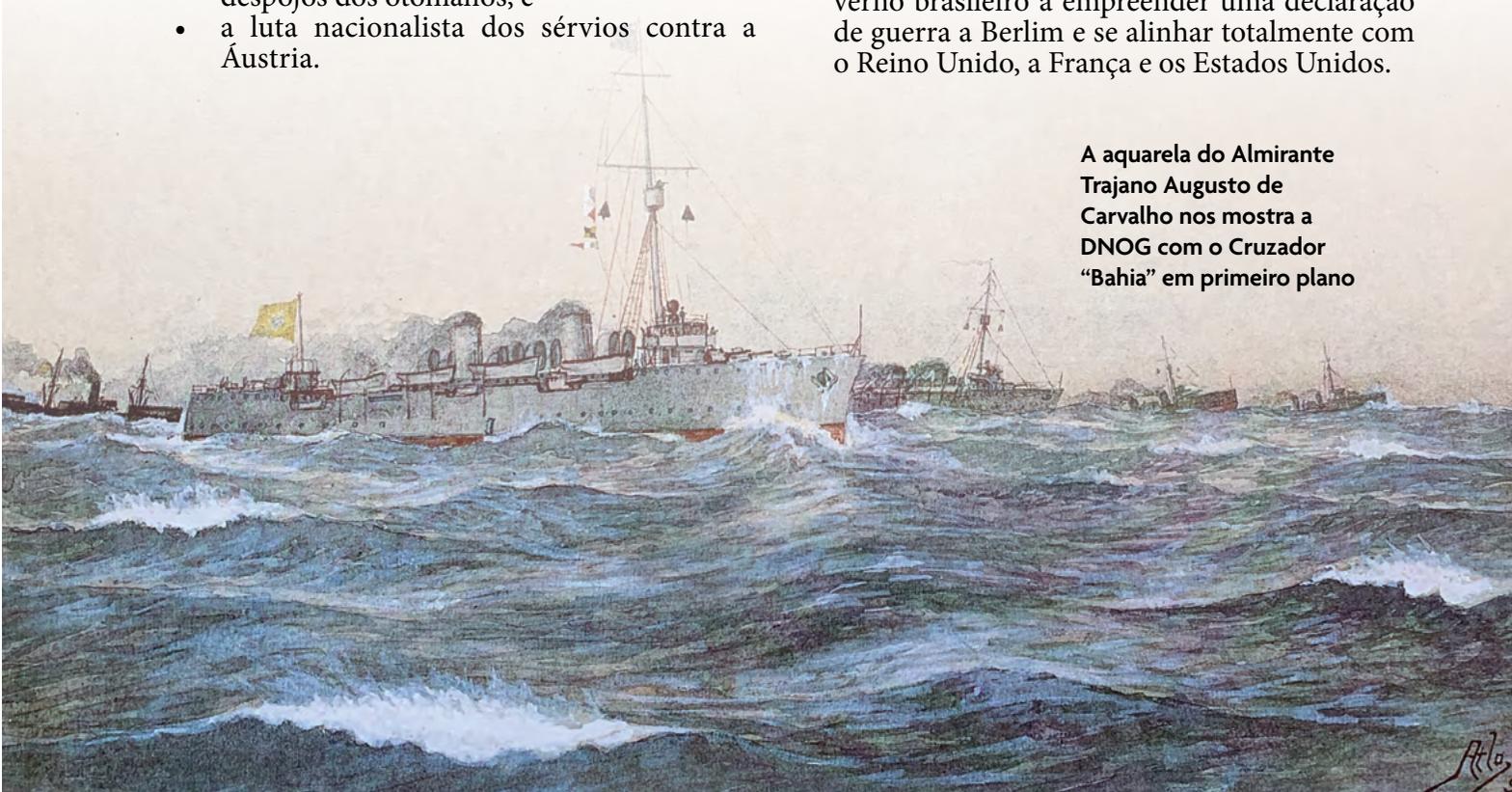
A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi produto da combinação de competição econômica, rivalidades imperialistas e nacionalismos extremados. Desse modo, podemos dizer que suas causas foram:

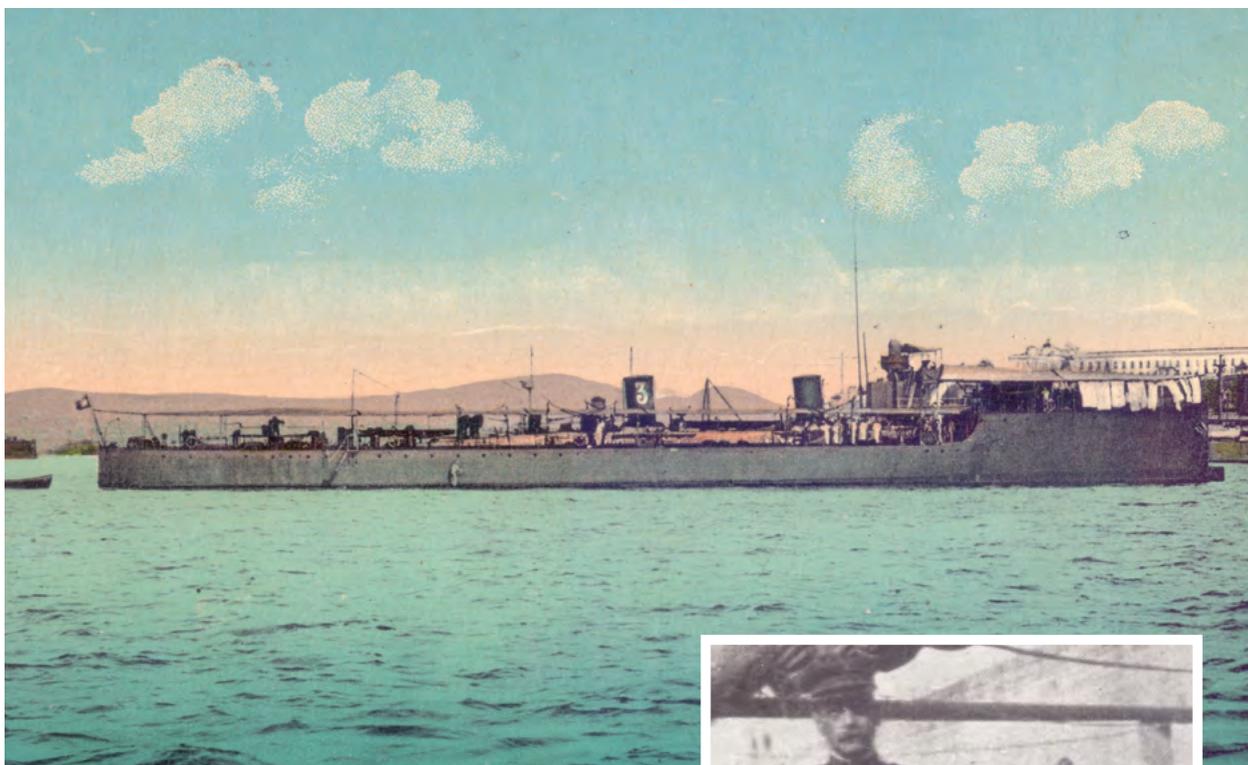
- o interesse anglo-francês em manter sua hegemonia;
- a militarização da diplomacia germânica;
- a crença no pan-eslavismo por parte da Rússia;
- o projeto revanchista da França, derrotada na guerra franco-prussiana;
- o interesse inglês e alemão em dominar os despojos dos otomanos; e
- a luta nacionalista dos sérvios contra a Áustria.

Em suma, o conflito foi provocado pelo desejo das grandes nações europeias de moldar os espaços econômicos e políticos europeus e extra europeus, de acordo com as suas respectivas ambições nacionais e imperialistas.

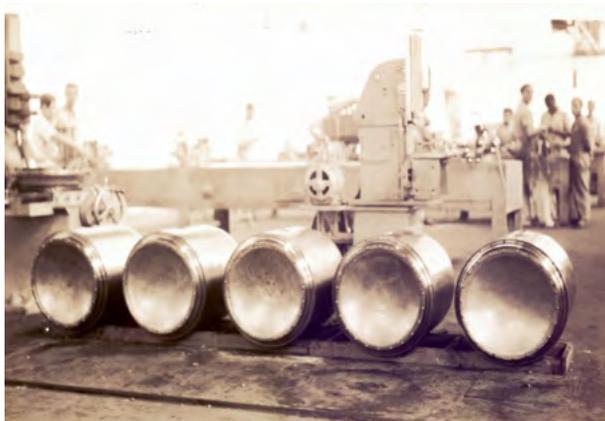
Cerca de três anos após o início da guerra, em 26 de outubro de 1917, o Brasil declarou guerra às nações da Tríplice Aliança, em particular, ao Império Alemão, após o afundamento do navio mercante brasileiro “Macau”⁽¹⁾, por um submarino germânico. Era a culminância de uma série de ataques contra meios navais brasileiros em mares e oceanos da costa das Américas e da Europa. O afundamento em questão levou o governo brasileiro a empreender uma declaração de guerra a Berlim e se alinhar totalmente com o Reino Unido, a França e os Estados Unidos.

A aquarela do Almirante Trajano Augusto de Carvalho nos mostra a DNOG com o Cruzador “Bahia” em primeiro plano





Após a declaração de guerra dos brasileiros em relação aos alemães, o Rio de Janeiro ofereceu aos estados beligerantes, em particular, aos franceses e britânicos quatro ações de auxílio. A primeira medida foi enviar um grupo de militares do Exército Brasileiro para apoiar o Exército da França na Frente Ocidental; o segundo suporte foi o envio de aviadores navais para ajudar a Real Força Aérea em ações de patrulha do Canal da Mancha; o terceiro amparo foi ofertar um grupo de dezenas de médicos para tratar dos feridos em hospitais localizados nas cidades de Marselha e Paris; e, por fim, a quarta ação



Minas do Contratorpedeiro “Piauí” (1919)
Imagem: Flickr MB

Participante da DNOG, o Contratorpedeiro “Piauí” (foto maior acima) saiu do Rio de Janeiro em 7 de maio de 1918, comandado pelo Capitão de Corveta Alfredo de Andrada Dodsworth
Imagens: Flickr MB

brasileira foi criar e enviar a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), composta de oito navios (dois cruzadores, quatro destróieres, um tândem e um rebocador)⁽²⁾ para auxiliar as forças navais da Entente, por meio do patrulhamento e controle de área marítima na costa oeste da África Ocidental.

O chamamento para a participação da Marinha do Brasil na Grande Guerra trazia a discussão sobre a situação geral da economia brasileira, visto que não existia indústria siderúrgica no território nacional e toda a compra de fios, chapas, eixos, rodas e barras galvanizadas para abastecer o Arsenal de Marinha vinha da Europa que estava em conflito e com seus parques industriais (do Reino Unido, da França e da Alemanha) voltados para suas próprias demandas. Mas também suscitava discussões sobre o quadro geral do Poder Naval brasileiro que estava aquém das necessidades que um país de dimensões continentais impunha a qualquer Marinha de Guerra. Nesse sentido, alguns argumentavam que a gestão naval sofria com o excesso de centralismo do gabinete ministerial, o que retardava a tomada de decisão nas organizações militares. A Armada sofria com a redução do seu orçamento, o que impactava no adestramento, na manutenção e modernização de seus meios. Além disso, boa parte dos navios não fazia prática de tiro ao alvo com canhões havia anos por

falta de munição e desestruturação da área de logística, já que a Marinha não fabricava seus armamentos. Na verdade, em 1917, “só dispunha de um estoque de 81 torpedos, 248 minas submarinas de contato e 100 bombas de profundidade” (ALVES DE ALMEIDA, 2022, p.191).

Tudo isso tornava a Marinha do Brasil uma força sem capacidade adequada para a realização de ações típicas de uma guerra antissubmarino, já que os navios brasileiros não eram dotados de equipamentos para aquela modalidade de guerra. Apesar de ser uma nova forma de combate, as marinhas europeias já dispunham dessas condições, o que evidenciava o atraso tecnológico do Brasil diante dessa situação de guerra.

Porém, mesmo com todas essas questões a nossa Marinha atendeu ao chamamento da pátria e, mesmo inserida em desafios, foi a única Armada da América Latina a enviar tripulantes e navios de guerra para o teatro de operações da Primeira Guerra Mundial na Europa. Sem dúvida, uma demonstração de patriotismo e abnegação com a nação brasileira. Desse modo, em 30



Em 30 de janeiro de 1918, o Ministro Alexandrino Faria de Alencar criou a DNOG, e um dos seus primeiros atos foi a escolha do Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin para comandá-la
Imagem: meisterdrucke.pt



O Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, nomeado Comandante da Divisão, assumiu as funções em fevereiro de 1918
Imagem: Flickr MB

de janeiro de 1918, o Ministro Alexandrino de Alencar criou oficialmente a DNOG, composta pelos Cruzadores “Rio Grande do Sul” e “Bahia”, os Destróieres “Piauhy”, “Parahyba”, “Santa Catarina” e “Rio Grande do Norte”, e também, o Rebocador “Laurindo Pitta” e o Cruzador-auxiliar “Belmonte”. Era a maior Força Naval da história da República a entrar em perspectiva de engajamento, a maior força tarefa desde a Guerra do Paraguai e estava sob a liderança do Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin.

A missão da DNOG foi participar efetivamente da guerra, cooperando com as marinhas das nações da Entente, no patrulhamento do Atlântico, especialmente na costa da África Ocidental. Com isso, as tarefas dessa Força Naval eram: localizar os submarinos e repelir seus ataques; dar segurança à operação dos comboios e às regiões portuárias; e obter e disseminar informações e cumprir os planos ou

O Almirante Frontin em visita de despedida ao Presidente da República Wenceslau Braz, na véspera da partida da Divisão. A partir da direita: Capitão-Tenente Guilhon, então 1º Assistente, Presidente Dr. Wenceslau Braz, Capitão-Tenente Dodsworth Martins, 2º Assistente e o Almirante Frontin.

Imagem: Flickr MB



Um documento para a História — S. Ex. o Sr. Presidente da República, acompanhado pelo Sr. Almirante de Frontin, comanda- dante em chefe da divisão naval da Desobediência, e seus assistentes, os capitão-tenentes Jorge Dodsworth e Manuel Brício Guilhon.

**Contratorpedeiro
“Rio Grande do Norte”**

Imagem: Flickr MB



ordens referentes à conduta geral do Comando da Trílice Entente.

Os navios brasileiros inicialmente atracaram na cidade de Freetown, em Serra Leoa, onde ficaram duas semanas para fazer reparos e se recuperarem da longa travessia do Atlântico. Após esse tempo, suspenderam em direção a Dacar, no Senegal, local onde houve um embate entre a DNOG e os inimigos. Nas vésperas da chegada a esse porto africano, durante a noite, um submarino navegando pela superfície foi rapidamente percebido pela tripulação brasileira e os nossos navios contra-atacaram. Durante muito tempo, atribuiu-se à Divisão a responsabilidade pelo afundamento desse submarino alemão, obstante alguns pesquisadores, revisando dados administrativos da frota alemã, após o término da guerra, observarem que não houve nenhum afundamento ou desaparecimento de unidade de poder naval germânico naquela região, naquele período. Logo, a afirmação de que o abatimento aconteceu, segundo os documentos oficiais, é incorreta (MARTINS, 1997).

A atuação da DNOG no teatro de operações marítimas instigou a deriva de navios de guerra aliados em patrulha, canalizando-os para sua incorporação aos comboios oriundos dos portos primordiais da região, a saber: Freetown, Dacar, Cabo Verde e Gibraltar. Em vista da escassa disponibilidade de escoltas, tal deriva adquire um verniz de relevância considerável. Tal contributo permitiu ao Brasil participar nas deliberações da Conferência de Paz dando início ao papel diplomático da Divisão.

Em 11 de novembro de 1918 foi assinado o armistício pondo fim às hostilidades. Dois meses mais tarde, a DNOG foi convidada para visitar diversas nações tendo aportado em Portsmouth (Reino Unido), Cherburgo (França), Lisboa (Portugal) e Spezzia (Itália), entre 20 de janeiro e 4 de março de 1919. Nestes países, a tripulação foi recebida pelas autoridades locais, visitaram pontos turísticos, sítios históricos, museus, bases e representações diplomáticas.

Isso evidencia que, após o fim da Grande Guerra, uma parcela crucial da missão da DNOG foi a atuação e representatividade diplomática materializando os ensinamentos do pensador Carl Von Clausewitz (1832), o qual atribui valor intrínseco entre a guerra e a política diplomática, para a justificativa teórica de que o diplomata e o soldado devem compreender a importância da dimensão da política de Estado. Demonstrando, assim, que a DNOG e a



Cruzador “Bahia” em Gibraltar

Imagem: Flickr MB



O Cruzador “Rio Grande do Sul” visto do Contratorpedeiro “Piauí”, em Gibraltar (1919)

Imagem: Flickr MB



Retorno da Divisão Naval em Operações de Guerra, em destaque, o Contratorpedeiro “Santa Catarina” (1919)

Imagem: Arquivo da Marinha DPHDM

Marinha do Brasil estavam afinadas com o pensamento filosófico e estratégico mais importante e substancial da época.

Em suma, a atuação da DNOG mostrou que o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Marinha souberam usar a força militar em aliança com o campo diplomático, apesar de todas as dificuldades econômicas, políticas e operacionais. Nossa Marinha conseguiu fazer guerra e diplomacia em prol dos interesses da pátria e, além disso, incorporou conceitos morais e éticos à estrutura militar brasileira (DEAN, 1977).

Assim, com sensação de dever cumprido, em 18 de maio de 1919, um ano após ter partido do território brasileiro, a DNOG avistou pela bochecha de boreste a Ilha de Fernando de Noronha e no dia 9 de junho de 1919, depois de tocar Recife por breves dias, os navios da DNOG entravam na Baía de Guanabara, porto-sede da divisão naval. Acabara assim a participação da Marinha de Guerra na 1ª Guerra Mundial. ■

NOTAS

(1) Torpedeado pelo submarino alemão U-93 de 1270 toneladas e com um canhão de 105 mm, era comandado pelo Capitão-Tenente Helmut Gerlach

(2) Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional no ano de 1918, p. 25. Arquivo do Itamaraty.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves (2022). *Da Guerra à Diplomacia: a história da Divisão naval brasileira na Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Letras Marítimas. 2022.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves (2016). *A periculosidade da área de operações da divisão naval brasileira na costa ocidental africana durante a grande guerra em 1918*. Revista da Escola Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 91 – 114, jan./abr. 2016.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves (2016). *A Cooperação Naval Brasileira com a Marinha Britânica em 1918: o Caso da Divisão Naval em Operações de Guerra*. Instituto da Defesa Nacional, 2015.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARTINS, Hélio Leôncio (1997). O Brasil na Grande Guerra. In: GUEDES, Max Justo. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM (vol. 5), pp. 262-278.

*1 e 2 Aspirantes